



Estudos Teológicos foi licenciado com uma Licença Creative Commons –
Atribuição – NãoComercial – SemDerivados 3.0 Não Adaptada

EDITORIAL

Neste primeiro número dos Estudos Teológicos de 2017, apresento-me como novo editor-chefe. Fico honrado e tenho prazer e curiosidade em assumir essa tarefa. Agradeço à Faculdades EST pela confiança em mim depositada. Agradeço imensamente ao meu predecessor no cargo, o colega Júlio César Adam, quem vinha conduzindo a revista nos últimos dois anos. Um dos grandes alcances daquele período, além da ampliação do quadro de autores e autoras, bem como de avaliadores e avaliadoras, nacionais e internacionais, foi a inserção da revista no sistema DOI (*Digital Object Identifier*). Com base nesse árduo trabalho, desenvolvido em conjunto com o editor associado, Iuri Andréas Reblin, foi possível introduzir essa numeração internacional padronizada a partir do presente número. Agradeço também ao Iuri pelo grande empenho e, não por último, pela disposição de permanecer no cargo e continuar contribuindo com seu amplo conhecimento bem como sua experiência científica e técnica nos rumos da revista.

Pude assumir o cargo com um considerável estoque de textos, alegria de qualquer editor, pois facilita o cumprimento de prazos quando houver alguma demora na entrega de texto e/ou de parecer (sofrimento de qualquer editor), possibilitando a inserção de textos já prontos, previstos originalmente para a próxima edição, para substituir outros, ainda não prontos, previstos para a edição corrente. Peço a compreensão das autoras e dos autores que, nessa situação, nem sempre é possível garantir com antecedência o momento da publicação, especialmente em relação a textos que não façam parte do dossiê. O corrente dossiê tem, naturalmente, prevalência sobre as outras seções. De qualquer forma, temos um bom fluxo de submissões, avaliações criteriosas e revisões construtivas, pelo que agradeço. Reforçamos o rigor na exigência pela apresentação formal dos textos já na submissão – textos fora das normas são devolvidos imediatamente para nova submissão – e fizemos ajustes no processo de submissão para facilitar a avaliação duplamente cega. Também começamos a enviar os textos diagramados para última conferência da autora e do autor, fortalecendo a cooperação com esses e procurando evitar erros potencialmente graves na publicação. Retornos críticos e construtivos são sempre bem vindos (estudosteologicos@est.edu.br).

As duas edições deste ano de 2017 focam na comemoração dos 500 anos da Reforma, a partir principalmente de Martim Lutero, conforme a tradição da casa e a data-chave de 31 de outubro de 1517, quando Lutero pregou suas 95 teses contra as indulgências no mural da época, a porta da igreja do castelo de Wittenberg. Contudo, ampliamos o leque para incluir outros movimentos e personalidades reformatórias. A

presente primeira edição deste ano tem seu enfoque em aspectos bíblicos, históricos e sistemáticos, enquanto a segunda, a ser publicada em novembro, terá um enfoque de teologia prática. Contudo, a distinção não é rígida. Além dos dossiês, contemplamos textos enviados para as seções “teologia e interdisciplinaridade” e “ciências da religião e interdisciplinaridade”, bem como resenhas.

A presente edição começa com uma abordagem de *Wilhelm Wachholz*, que desenvolve uma ética a partir de Lutero. Com especial atenção à *Preleção sobre Gênesis*, insiste na produção e reprodução da vida a partir da boa criação do Deus Trindade. A pessoa cristã é capacitada para ser cooperadora com Deus (porém, não é cocriadora!) no seu “ser para”, existência própria regida pela ética cristã, em sua relacionalidade para com Deus e com o outro, a outra. Através dos três estamentos (família, igreja e política) como instrumentos do amor, a pessoa cristã age no mundo, o qual, por sua vez, é regido por Deus por meio de dois regimentos, o espiritual e o secular. Para tanto, são necessárias a responsável cooperação mútua entre as pessoas e a obediência à autoridade, desde que essa siga sua tarefa específica, qual seja, o zelo pela justiça e a paz na sociedade. Nessa tarefa, o poder secular não se distingue em importância de outras funções e profissões. Distingue-se, no entanto, da igreja, tanto que não se pode mais visar a um sistema de cristandade, mas a contribuições para o bem comum na sociedade. Agradeço mui especialmente a colaboração do colega *Wilhelm Wachholz* como editor convidado para esta edição, a qual concebemos em conjunto.

Guillermo Hansen aponta para reconhecimentos psicológicos, neurológicos e da filosofia da mente que desconstroem a ideia de que o sujeito teria um núcleo firme e constante. Antes, é constituído e constantemente (re-)construído historicamente, culturalmente e por relações. Do seu jeito, Lutero já intuía isso. Assim, Hansen detecta um “curto-circuito” (*Slavoj Žižek*), ou seja, um encontro inusitado de perspectivas teóricas normalmente não conectadas. Em seu comentário da carta de Paulo aos Gálatas (1535), Lutero destaca que “já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim” (Gl 2.20), deslocando tanto a ideia tradicional do que entendemos como “persona” quanto o que costumamos entender como Deus. Na leitura de Hansen, a dupla excentricidade de Cristo – como um Deus excêntrico que se encarna em seu Filho – e do sujeito – que já não vive em si mesmo, mas em Cristo pela fé e no próximo pelo amor –, é que constitui a nova criatura mediante a fé. Nessa visão, a fé é propriamente o nascimento da pessoa.

Kenner Roger Cazotto Terra e *David Mesquiati de Oliveira* nos lembram da importância de olhar não apenas para a Reforma Magisterial capitaneada pelos reformadores mais citados – Lutero, Zwinglio, Calvino – e pelos que os seguiram, mas também para a Reforma Radical (assim denominada por George H. Williams) dos anabatistas, espiritualistas e racionalistas, dentro dos muitos movimentos reformatórios da Idade Média. Recorrendo também a teóricos da literatura contemporâneos como Umberto Eco, os autores insistem em resgatar o lado subjetivo da recepção e interpretação da Escritura, para a qual importam não apenas autor e texto, mas também o leitor e a leitora. A voz interna do Espírito permite que se possa compreender a Escritura com ou sem aparato exegético-filológico e histórico, resgatando o significado para a vida da grande maioria de pessoas que não pertence à “elite” e a vive em suas

lutas diárias. A Bíblia é um texto vivo lido a partir da vida e inspirador da vida. Assim, deve-se acrescentar, conforme defendem os autores, mais uma partícula exclusiva aos quatro tradicionais *solus/sola*: “*solus Spiritus Sanctus*”, acrescentando à chave hermenêutica cristológica uma pneumatológica – certamente uma proposta que dará jus a um intensivo e instigante debate.

Em seu texto sobre Martin Bucer e os judeus, *Görge K. Hasselhoff* se depara com o reformador de Estrasburgo, visando corrigir a opinião comum de que teria sido fortemente antijudaico. É verdade que foi um dos autores do livro “*Judenratschlag*” (Conselho sobre os judeus, 1538), texto que chegou a sugerir ao conde Felipe de Hesse de restringir a atividade econômica dos judeus, mas considerou melhor ainda sua expulsão do território – conselhos que o conde não acatou, emitindo um decreto bem mais brando. Bucer insistiu em dominar os judeus e tê-los como servos dos cristãos por causa de sua descrença [no Cristo], mas sugeriu tratá-los com misericórdia, referindo-se a Rm 9-11. Não advogou a violência como a queima de sinagogas. Outrossim, Bucer não deixou de utilizar amplamente literatura exegética judaica e manteve relações pessoais com judeus como Josel de Rosheim. Ex-dominicano, enraizado no tomismo, também foi humanista. Bucer partiu, em sua exegese bíblica, de uma unidade indissolúvel entre os testamentos, bem como da aliança de Deus, e mesmo com a rejeição política dos judeus que propôs numa espécie de *Realpolitik* (pragmatismo político), continuou refletindo teologicamente sobre a questão e permaneceu aberto ao diálogo.

O texto seguinte, da autoria de *Elias Wolff*, pergunta se a excomunhão de Lutero não poderia ser revogada tendo em vista as relações melhoradas, os avanços na reflexão teológica de cada igreja e as mudanças ocorridas, bem como a ocasião da comemoração dos 500 anos da Reforma. A questão não é totalmente nova. Já nos anos 1960 houve pedidos nesse sentido enviados ao papa e a vários padres conciliares visando ao “melhoramento dos contatos ecumênicos”. Houve teólogos católicos que constataram que “o primeiro protestante foi [...] muito mais católico que grande número dos seus adversários romanos” (Richard Stauffer). A *Declaração conjunta sobre a doutrina da justificação*, assinada em 31 de outubro de 1999 pelos representantes do Pontifício Conselho pela Promoção da Unidade dos Cristãos e a Federação Luterana Mundial, já deu como superadas as mútuas acusações de heresia e estabeleceu como base essencial da identidade cristã a justificação por graça e fé. Wolff argumenta que seria um gesto simbólico de grande porte se o bispo de Roma revogasse, num ato celebrativo, a excomunhão de Lutero imposta pela bula papal *Decet Romanum Pontificem*, de 3 de janeiro de 1521.

No texto de *Karen Bergesch* amplia-se a visão sobre a Reforma como processo contínuo. Ao comentar a exposição itinerante do Departamento de Mulheres da Igreja do Norte da Alemanha, apresenta e discute, sob o referencial de gênero, exemplarmente cinco das 20 biografias incluídas na exposição, sendo mulheres nascidas no século XVI até o XX. Mostra mulheres envolvidas no início da Reforma protestante, na diaconia, na missão e no pastorado. Elas ocuparam, muitas vezes, espaços importantes nas lacunas deixadas pelos homens – por causa da situação carente no início da Reforma ou sua atuação na guerra, por exemplo –, espaços esses que tenderam a

ser fechados novamente quando se voltou à “normalidade” da igreja institucional. A educação para ambos os sexos reivindicada por Lutero foi revolucionária para seu tempo, mas incluía tão somente a formação básica. Mulheres que adquiriram formação teológica de forma autônoma foram desprezadas e combatidas. Demoraria bem mais para as mulheres conquistarem um lugar permanente e efetivo no sacerdócio de todos os crentes, inclusive no ministério ordenado como pastoras e bispas.

Na seção *Teologia e Interdisciplinaridade* seguem-se vários textos sobre temas bíblicos. Referente aos ditos proféticos em Jeremias, especialmente do “livro da consolação” (Jr 30-31), *Nelson Kilpp* argumenta que, num ato aistórico, mas hermeneuticamente justificável, um autor desconhecido da época do exílio teria transformado o anúncio profético do juízo futuro numa descrição da aflição existente, tornando-o salmo de lamentação no contexto do culto. Nesse, Deus é visto como um Deus justo, tanto no exílio – visto como consequência de atos falhos humanos – como na libertação do povo, colocando especial ênfase no socorro às pessoas fracas.

Júlio Paulo Tavares Zabatieiro retoma a assim declarada hermenêutica contextual de C. René Padilla, 35 anos após sua publicação. É possível tratar da contextualidade da hermenêutica hoje com calma, superadas as polêmicas entre a teologia da libertação e a teologia da missão integral, ambas se reconhecendo com contextuais. Contudo, para Zabatieiro, Padilla peca por desconsiderar a própria historicidade do processo hermenêutico, sem se dar a devida conta da história da recepção do texto (a *Wirkungsgeschichte* de Gadamer), que está entre a mensagem e o contexto originais e hodiernos. Importa, também, reconhecer a própria percepção de contexto como semiótico, perpassado pela linguagem como também ocorre com o texto – assim, o contexto fica também *dentro* do texto e não fora dele. Zabatieiro propõe aplicar três processos de análise: o gênero textual, as relações interdiscursivas e o contrato de veridicção entre enunciador e o enunciatário.

Werner Wiese apresenta elementos da nova perspectiva sobre Paulo que tem consequências para a visão da e sobre a Reforma: considera a doutrina da justificação não tão central em Paulo como, especialmente, a teologia de Lutero e também luterana que a seguiu costuma crer. Novamente, não são questões totalmente novas, já sendo levantadas por Ferdinand Christian Baur, William Wrede, Albert Schweitzer e Werner Georg Kümmel, também por Paul Althaus nos séculos XIX e nas primeiras décadas do século XX. Contudo, a partir dos anos 1960, começando com o teólogo e bispo luterano sueco Krister Stendhal, chega-se a uma nova leitura de Paulo a partir de um enfoque nos capítulos 9-11 da carta aos Romanos, destacando sua ênfase missiológica e ecumênica, preocupada com a continuidade das promessas divinas ao povo de Israel e a inserção dos gentios no povo de Deus sem que tenham que se tornar judeus. E. P. Sanders desvendou maciços mal-entendidos sobre o suposto legalismo do judaísmo palestino, presentes inclusive no próprio Paulo. J. D. G. Dunn é o terceiro representante da nova perspectiva lembrado por Wiese. Dunn destaca, entre outras, a contestação que Paulo faz do exclusivismo de eleição dos judeus. Mesmo com sutil crítica, Wiese reconhece importantes avanços na nova perspectiva que devem ser ouvidos.

No último texto desta seção, *Cesar Motta Rios* discorre sobre as “águas vivas” mencionadas no Evangelho de João (cap. 4 e 7), ocorrências que compara à Bíblia

Hebraica, a textos de Filon de Alexandria e a manuscritos do Mar Morto. A imagem refere-se, em primeiro lugar, à “água corrente”, mas, num sentido mais profundo, a um discurso, ao jorrar de palavras, o que pode ser transferido para outras pessoas, inclusive uma mulher samaritana que, ao encontrar-se com a fonte dessa água, se torna fonte ela mesma, podendo demonstrar “ações apostólicas”, como ressalta João Crisóstomo.

A seção *Ciências da Religião e Interdisciplinaridade* apresenta dois textos. *Elivaldo Serrão Custódio, Marcos Vinícius de Freitas Reis e Oneide Bobsin* discorrem sobre uma pesquisa sobre a realidade do Ensino Religioso no Estado do Amapá, destacando, de forma especial, a proposta de um Curso de Licenciatura em Ciência da Religião oriunda da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), visando à formação de docentes para o Ensino Religioso em escolas públicas no estado. Como se trata de uma questão ainda pouco resolvida no Brasil, no impasse entre a União, responsável pela autorização e pelo reconhecimento de cursos de Ensino Superior de validade nacional, e os sistemas de ensino, responsáveis pelo Ensino Religioso conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), temos aqui um importante e informativo estudo de caso.

Outro estudo de caso se segue quanto aos batistas e seu papel durante a ditadura “civil-militar” no Brasil, apresentado por *Sérgio Ricardo Gonçalves Dusilek, Clemir Fernandes da Silva e Alexandre de Carvalho Castro*, mostrando, a partir de documentos institucionais, como muitos evangélicos, no caso os batistas, em grande parte aderiram ao “processo reacionário”, deixando-se cooptar pelos generais, em contradição ao princípio da liberdade tão caro à tradição batista. Os laços estreitaram-se especialmente durante o governo Figueiredo, visível num manifesto redigido por uma comissão e aprovado pela 62ª Assembleia da Convenção Batista Brasileira, vendo-se unido com o governo nos intuitos de combater a “imoralidade” e a “violência” que determinados inimigos procurariam implantar no Brasil. Líderes batistas sentiram-se unidos ao governo também na defesa da família. Cresceu, conforme os autores, naquele período o legalismo e perdeu-se a identidade tradicional da denominação, bem como o lirismo outrora criativo de alguns dos seus representantes.

A presente edição encerra-se com duas resenhas: uma sobre um clássico agora traduzido ao português, a *Carta aos Romanos* (segunda edição), de Karl Barth (*Rudolf von Sinner*), e uma sobre um livro recente, da autoria de Martin Dreher, sobre a biografia de Lutero: *De Luder a Lutero* (*Tarcísio Vanderlinde*).

Desejo ótimas e proveitosas leituras!

Rudolf von Sinner
Editor